



XXI Plenária Nacional

Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC)
13, 14 e 15 de abril – São Paulo (SP)

Tese de Balanço de Gestão

2016-2018: dois anos de luta em defesa da liberdade de expressão e contra os retrocessos do governo golpista

Pouco tempo depois de aprovar seu novo Plano de Ação, construído na XIX Plenária Nacional realizada em abril de 2016, que elegeu a gestão do FNDC, que agora encerra seu trabalho, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, ao lado de todos os movimentos e da sociedade brasileira, vivenciou a consolidação do golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff e a chegada de Michel Temer ao poder.

Ainda no período de julgamento de Dilma no Congresso, realizamos, logo após a XIX plenária, um Dia Nacional de Luta Contra o Golpismo Midiático, com ações em várias capitais do Brasil. Porém, a interrupção da nossa democracia e a mudança brusca na conjuntura política obrigaram o FNDC a rediscutir suas prioridades para o período seguinte e reorganizar a luta diante dos retrocessos que rapidamente se instauraram.

Naquele contexto, a palavra de ordem “Regula, já!”, até então empregada pelo Fórum, não se mostrava mais factível. E o movimento pela democratização da comunicação se viu obrigado a voltar alguns passos em suas bandeiras reivindicatórias e passar a defender o direito fundamental e elementar à liberdade de expressão.

Assim, no início de setembro de 2016, o recém-eleito Conselho Deliberativo do Fórum se reuniu em São Paulo e aprovou a resolução "Resistir ao golpe, defender a liberdade de expressão e unir os setores progressistas para restaurar a democracia". No documento, enumeramos as ações centrais da nossa futura atuação, entre as quais "repudiar o governo ilegítimo e integrar a campanha por novas eleições presidenciais". O documento também previu a intensificação da luta contra o desmonte da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e as mudanças na Lei Geral de Telecomunicações (LGT), que já se colocavam como bastante concretas.

A reunião do Conselho Deliberativo também aprovou o lançamento da campanha Calar Jamais!, para recebimento de denúncias contra as violações à liberdade de expressão, que também já se mostravam crescentes no início do governo Temer. A campanha foi lançada em outubro de 2016, durante a Semana Nacional pela Democratização da Comunicação, em ato solene realizado no Congresso Nacional. A cerimônia foi marcada pela celebração do aniversário de 25 anos do FNDC e pela publicação de uma edição especial da revista MídiaComDemocracia tratando do golpe. Na ocasião, também foi lançado o selo comemorativo de 25 anos da entidade, resultado de um concurso aberto que contou com a participação de diversos designers.

A decisão política de reajustar o eixo central de atuação do Fórum no período se mostrou mais do que acertada. No início de 2017, a escalada da censura e repressão a comunicadores assustava, em episódios como a condução coercitiva do blogueiro Eduardo Guimarães e o assassinato do estudante Edvaldo Alves, de 19 anos, alvejado com uma bala de borracha por um policial militar durante um protesto no interior de Pernambuco. Em maio, o FNDC foi um dos signatários da carta-



denúncia na qual parlamentares, artistas e movimentos sociais pediram observadores internacionais para analisar as inúmeras violações de direitos humanos praticadas pelo governo Temer. O documento, endossado por mais de 160 pessoas, foi entregue ao representante da ONU no Brasil, Niki Fabiancic, após um decreto presidencial ter autorizado o uso das Forças Armadas em Brasília.

Todas as semanas, o FNDC recebia denúncias de violações e divulgava os casos em seus canais de comunicação. A campanha contou com dois vídeos de mobilização – que foram visualizados por mais de 2 milhões de pessoas – e teve atos de lançamento em diferentes estados.

No aniversário de um ano da campanha, o FNDC lançou em Salvador, como parte de construção do processo do Fórum Social Mundial, um relatório com o balanço das violações à liberdade de expressão registradas no período. O relatório “Calar Jamais! – Um ano de denúncias contra violações à liberdade de expressão”, documentou cerca de 70 casos, organizados em sete categorias: 1) Violações contra jornalistas, comunicadores sociais e meios de comunicação; 2) Censura a manifestações artísticas; 3) Cerceamento a servidores públicos; 4) Repressão a protestos, manifestações, movimentos sociais e organizações políticas; 5) Repressão e censura nas escolas; 6) Censura nas redes sociais; e 7) Desmonte da comunicação pública.

O conjunto das violações comprovou que práticas de cerceamento à liberdade de expressão, que já ocorriam no Brasil – por exemplo, em episódios constantes de violência a comunicadores e repressão às rádios comunitárias –, encontraram um ambiente propício para se multiplicar após a chegada de Michel Temer ao poder, com histórias de censura que se capilarizaram em todas as regiões, em cidades grandes e pequenas, praticadas pelos mais diferentes atores.

No final de 2017, o relatório foi entregue pessoalmente ao relator da ONU para a Liberdade de Expressão, David Keye, durante o Fórum da Governança da Internet, em Genebra. Também temos pautado as ações da campanha na Comissão pelo Direito à Comunicação e a Liberdade de Expressão do CNDH (Conselho Nacional de Direitos Humanos), da qual o FNDC participa.

No âmbito da nossa interlocução com o campo dos direitos humanos, o Fórum também participou, em 2017, de uma Comissão Geral da Câmara dos Deputados que debateu discurso de ódio e se posicionou publicamente no caso de racismo do apresentador William Waack, da Globo, e contra agressões e o discurso de ódio sofridas pelos deputados federais Jean Wyllys e Maria do Rosário.

Outro espaço de luta e articulação foram casas parlamentares e outros espaços institucionais nos estados. No Rio de Janeiro, por exemplo, o FNDC teve a iniciativa de provocar mandatos legislativos, notadamente nas câmaras municipais da capital e de Niterói e na ALERJ, pautando questões como a distribuição de verbas de publicidade oficial a veículos alternativos e comunitários, e a criação de um dia estadual pela Democratização da Comunicação. Na Bahia, conquistamos com voto unânime no Conselho Estadual de Comunicação a aprovação do PLC que regulamenta o capítulo de Comunicação da Constituição da Bahia, que foi encaminhado à ALBA, mas depende do parecer da Procuradoria do Estado – luta atual do comitê estadual. Foi aprovado também o Plano Estadual Decenal de Comunicação da Bahia, a ser discutido em 2019 na 2ª Conferência Estadual de Comunicação. Em Pernambuco, mandatos de vereadores e deputados estaduais aprovaram emendas orçamentárias à Rádio Frei Caneca; foi realizada na Câmara Municipal de Recife oficina com o tema “Comunicação, Transparência e Recursos Públicos”, com o objetivo de fomentar o debate sobre o uso das verbas para publicidade e a necessidade de investimento na comunicação pública. Também ocorreram audiências públicas para debater o tema “Direito à Comunicação”.



No campo da Ciência e Tecnologia, o FNDC participou da criação do Grupo de Trabalho sobre Democratização da Comunicação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), cuja atribuição é promover debates e gerar documentos que possam embasar a atuação da SBPC e suas sociedades filiadas em relação ao tema.

Mobilização

Num contexto de lutas intensas contra os retrocessos implementados pelo governo golpista, o FNDC deu um passo importante na mobilização do movimento pela democratização da comunicação ao organizar, em maio de 2017, o 3o Encontro Nacional pelo Direito à Comunicação. Precedido de encontros preparatórios em estados como PE, MG, DF, RJ e SC, o encontro nacional aconteceu na Universidade de Brasília e reuniu cerca de 250 ativistas de todas as regiões do país. Três grandes conferências e 12 grupos temáticos garantiram a diversidade nos debates.

Ao final do ENDC, aconteceu a XX Plenária Nacional do Fórum, que aprovou uma agenda prioritária para o movimento, contendo seis principais pontos: fortalecer a Campanha Calar Jamais!; denunciar o desmonte e lutar pelo fortalecimento da radiodifusão pública; monitorar as outorgas de rádio e televisão; combater a entrega da infraestrutura de telecomunicações, defender a universalização do acesso à internet e a privacidade nas redes; fortalecer a comunicação alternativa, comunitária, popular e as mídias livres; e articular estratégias de diálogo com movimentos sociais e centrais sindicais.

Num contexto de defesa da democracia, o FNDC afirmou a importância de estar ao lado das lutas populares que denunciam e combatem a crise político-institucional em curso no país, articuladas em torno sobretudo da Frente Povo Sem Medo e da Frente Brasil Popular. E aprovou a participação do FNDC na construção do Fórum Social Mundial, a se realizar em Salvador, entre 13 e 17 de março de 2018.

O processo de mobilização das entidades integrantes do FNDC seguiu em 2017 com a realização de atividades em cerca de dez estados durante a Semana Nacional pela Democratização da Comunicação. O mote central da Semana de 2017 foi a campanha Calar Jamais! e as denúncias de violações à liberdade de expressão, que seguiram em curso. Além do lançamento do relatório de um ano da campanha (já mencionado), a Semana Nacional pela Democratização da Comunicação contou com atividades sobre comunicação pública, o papel da mídia na atual crise política, regulação democrática dos meios de comunicação, acesso, privacidade e liberdade de expressão na internet, entre outros.

Em termos de mobilização, vale registrar no período também a participação do FNDC e das entidades que o compõem na construção da primeira Conferência Livre de Comunicação e Saúde (com presença nas etapas preparatórias do Rio e São Paulo e na etapa nacional, em abril/17, com a apresentação de diversas propostas) e na Conferência Nacional de Saúde em dezembro/16, onde articulamos, em parceria com comunicadores de organizações do campo da saúde, uma resolução aprovada por unanimidade sobre direito à informação e à comunicação e sua relação com o direito à saúde.

Ao longo dos últimos dois anos, o FNDC foi convidado e participou de dezenas de eventos, seminários e atividades de luta dos movimentos sociais, onde denunciou os retrocessos em curso no Brasil e defendeu a urgência de mudanças no sistema midiático do país. Entre eles, vale destacar nossa participação no Fórum de Comunicação para a Integração da América Latina (julho/16) e o



Fórum Latino-Americano e Caribenho de Comunicação Popular e Comunitária, realizado em Quito, no Equador.

Defesa da Comunicação Pública

Um dos principais temas de atuação do FNDC no último período foi a defesa da comunicação pública, tendo na EBC um foco central de atenção diante do desmonte implementado pelo governo Temer logo nos primeiros dias de gestão interina. Assim que assumiu temporariamente a Presidência da República, Temer iniciou um processo de intervenção na empresa pública de comunicação, com a destituição de seu presidente – o jornalista Ricardo Melo –, que tinha mandato de 4 anos previsto em lei.

O FNDC foi ao Supremo Tribunal Federal, ao lado de parlamentares, partidos políticos e integrantes do Conselho Curador da empresa defender a manutenção de Melo no cargo. Também iniciamos uma interlocução com os relatores da ONU e da OEA sobre a questão, que gerou um posicionamento conjunto público das duas relatorias pela liberdade de expressão em alerta sobre os riscos à autonomia da EBC. Nossa articulação internacional também dialogou, via Federação Internacional dos Jornalistas, com um conjunto de entidades e sindicatos de outros países que se manifestaram junto ao governo brasileiro defendendo a independência da empresa pública de comunicação.

Em junho de 2016, lançamos a campanha “A EBC é sua”, durante audiência pública na Câmara dos Deputados, incentivando a sociedade civil organizada a visitar as emissoras públicas levando suas pautas e ocupando o espaço editorial negado pela direção da empresa. Apesar do momento de instabilidade na EBC, com seu presidente tendo voltado ao cargo por liminar do Supremo, o FNDC convocou a sociedade a participar do processo de renovação dos assentos do Conselho Curador da empresa. Em agosto de 2016, realizamos uma reunião aberta, em São Paulo, sobre o tema.

O processo de renovação do Conselho, entretanto, não foi concluído, pois assim que assumiu em definitivo a Presidência, Michel Temer editou a Medida Provisória 744 que alterou a lei que criou a EBC, extinguindo seu Conselho Curador e acabando com o mandato para presidente. O FNDC lutou no Congresso Nacional, ao lado da Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública, para reverter este ataque ao sistema público de comunicação. Em fevereiro de 2017, no entanto, a MP foi aprovada sem significativas alterações. Teve início então um processo de diálogo com partidos políticos e com a Procuradoria Geral da República, ainda em curso, visando a apresentação de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra as mudanças na lei.

Em setembro de 2017, por articulação do FNDC e dos trabalhadores/as da EBC, a Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação com Participação Popular (FrenteCom) realizou uma Sessão Solene no Plenário da Câmara dos Deputados em homenagem aos 40 anos da Rádio Nacional. Uma das emissoras de rádio mais importantes do país e único veículo de comunicação entre o Brasil e o mundo para milhares de pessoas que vivem na região amazônica, a Rádio Nacional encontrava-se, na época, fora do ar, em função de um raio que havia caído sobre o Parque de Transmissão da EBC, no Distrito Federal. A sessão solene, além de ressaltar a importância histórica da Rádio Nacional da Amazônia, impulsionou medidas para restaurar a potência da emissora e permitir que suas transmissões voltassem a alcançar toda a região.

A luta em defesa da comunicação pública seguiu em novembro, quando o FNDC emitiu nota pública em apoio à greve iniciada pelos trabalhadores/as da EBC. A direção da empresa insistia em



retirar uma série de direitos conquistados, incluindo o vale cesta-alimentação, a garantia de traslado dos trabalhadores por questões de segurança, a complementação de auxílio previdenciário, realização de homologações das rescisões de contrato nos sindicatos, o vale-cultura e a multa pelo descumprimento do acordo coletivo, e os trabalhadores/as cruzaram os braços por mais de duas semanas, em mais uma greve histórica.

Durante o período de paralisação, o FNDC lançou uma segunda nota, desta vez pedindo o afastamento imediato de Laerte Rímoli do comando da empresa por comentários racistas feitos na internet no Dia da Consciência Negra de 2017.

Com apoio do FNDC, o Conselho Curador da EBC cassado manteve-se em atividade e realizou três sessões entre 2017 e 2018: na escadaria da EBC em Brasília (DF); no sindicato dos jornalistas do Rio de Janeiro (RJ) e na Universidade Federal da Bahia (UFBA), durante o Fórum Social Mundial (FSM). Em março de 2018, o Conselho, o FNDC, a Rede Mulher e Mídia e o Fórum Mundial de Mídia Livre iniciaram diálogo com universidades públicas para debate da comunicação estratégica em defesa da democracia, tendo realizado um seminário no âmbito do FSM em Salvador. Também em março, o Conselho Curador cassado retomou assessoria jurídica para encaminhamento da ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) contra as mudanças na Lei da EBC.

Ainda no campo da comunicação pública, o Fórum também acompanhou de perto e denunciou o desmonte da RTV Cultura, em São Paulo; a tentativa de extinção da Fundação Piratini, no Rio Grande do Sul, com a participação do comitê local no processo de resistência; e o sucateamento da EPC (Empresa Pernambuco de Comunicação). Em Minas Gerais, o comitê do FNDC tem se posicionado contra a demissão do ex-presidente da Rede Minas e atuou para pressionar o governo na implementação do Conselho Curador da recém criada Empresa Mineira de Comunicação.

Defesa e fortalecimento da comunicação comunitária, alternativa e livre

Em relação à comunicação comunitária, o FNDC denunciou a suspensão dos Planos Nacionais de Outorgas (PNO), aprovados durante a gestão Dilma, que previam para junho de 2016 a abertura de avisos de habilitação para emissoras comunitárias e educativas, incluindo rádios comunitárias em territórios tradicionais, quilombolas, indígenas e assentamentos da reforma agrária. Os Planos foram abandonados pela gestão Temer e somente agora, no início de 2018, um novo PNO foi anunciado. O Fórum estuda, em diálogo com as entidades representantes das rádios comunitárias, medidas para garantir que as comunidades nos municípios onde ainda não há rádios comunitárias sejam atendidas e que o princípio do direito à comunicação seja respeitado nessas localidades.

Apesar de sermos contrários à MP 747, que anistiou os veículos que perderam prazos de renovação de suas licenças junto ao MCTIC, em março de 2017, acompanhamos a luta da Abraço para, pelo menos, garantir que as rádios comunitárias também fossem contempladas neste processo.

Em agosto de 2017, o FNDC publicou uma nota manifestando preocupação com a condução do processo de habilitação de entidades para operar o Canal Comunitário Nacional. Em dezembro de 2016, a Ancine colocou a questão em consulta pública, com vistas à elaboração de normativa definitiva para a questão. Por meio deste processo, seriam definidos os critérios orientadores de escolha da entidade que assumiria a gestão do canal. O processo, entretanto, foi atropelado e a Agência instituiu um credenciamento provisório, a partir de critérios excludentes, sem diálogo amplo.



Em novembro, a Coordenação Executiva do Fórum se reuniu com a direção da Ancine e questionou o processo. A Agência se comprometeu a manter um diálogo com o FNDC e participar de um seminário específico sobre radiodifusão comunitária que o Fórum deve realizar em 2018 para ampliar a participação popular neste processo.

No Congresso Nacional, defendemos a aprovação do Fundo de apoio às mídias alternativas, proposto em projeto da deputada federal Luciana Santos (PCdoB/PE).

Para fortalecer as iniciativas de comunicação comunitária e alternativa e apoiar os segmentos sociais a fortalecer práticas de comunicação, o FNDC tem ainda promovido cursos e encontros de comunicadores, como o realizado em Minas Gerais, e o Encontro Latinoamericano de Cultura e Comunicação Comunitária, realizado em Niterói (RJ).

Luta contra a privatização das telecomunicações e por uma internet livre, democrática e para todas/os

Outro setor que sofreu fortes ataques na gestão Temer e que mereceu o engajamento do FNDC foram as telecomunicações. A luta contra a entrega da infraestrutura pública das redes de telefonia fixa – por onde hoje trafega a conexão à Internet – mobilizou os militantes do Fórum no Distrito Federal, na tentativa de barrar o projeto de lei que altera o marco regulatório do setor e acaba com a figura das concessões. O PLC 79/16, que ficou conhecido com o PL das Teles, entrega ainda R\$100 bilhões (segundo o TCU) em redes e estrutura de bandeja para as operadoras privadas.

Em outubro de 2016, a coordenadora geral do FNDC participou de uma audiência pública sobre o tema na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e, em janeiro de 2017, estivemos em um ato em frente ao Senado federal contra a aprovação do texto. Desde então, em parceria com a Campanha Banda Larga É Direito Seu e com a Coalizão Direitos na Rede, o Fórum vem acompanhando o tema no Congresso e atuando para evitar sua aprovação no plenário do Senado.

Em maio de 2017, o FNDC assinou, junto com diversas entidades, representação ao Ministério Público Federal e ao Tribunal de Contas da União contra a tentativa de privatização do satélite geoestacionário pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). O leilão para vender a maior parte da banda de transmissão do satélite – que deveria ser usada para ampliar o acesso à Internet em áreas remotas – fracassou, e agora a operação do satélite deverá ser feita pela Telebrás. Seguimos acompanhando o tema.

Ainda no campo da Internet, o FNDC ampliou sua atuação nesta área, tendo participado ativamente do processo de renovação do pleno do Comitê Gestor da Internet (iniciado em agosto de 2016) e da defesa do caráter multissetorial do órgão, cuja composição também passou a ser ameaçada no governo golpista. Em novembro de 2017, participamos da audiência pública promovida pelo CGI, no Fórum da Internet no Brasil (Rio de Janeiro), que tratou do tema. No ano anterior, o FNDC já havia denunciado, junto com dezenas de entidades brasileiras e latino-americanas, durante o Fórum da Governança da Internet (no México), os ataques de Temer, em aliança com o empresariado, ao CGI.br.

O FNDC também realizou uma série de iniciativas em parceria com a Coalizão Direitos na Rede, que reúne entidades que atuam neste campo. Entre elas, o lançamento da campanha “Seus Dados São Você”, em defesa da aprovação de uma lei de proteção de dados pessoais no Brasil. Neste



sentido, representantes do FNDC participaram das audiências públicas realizadas pela Comissão Especial que debate o tema na Câmara dos Deputados.

Participação popular e políticas de comunicação

Visando ampliar os debates sobre a comunicação na sociedade, em outubro de 2016 o FNDC construiu uma plataforma de políticas públicas locais para o setor para apresentar aos candidatos/as a Prefeito/a. Repetindo uma iniciativa exitosa de eleições anteriores, o Fórum trabalhou para divulgar políticas públicas de comunicação que podem ser implementadas nos municípios. Apesar de boa parte das questões que envolvem a comunicação serem de atribuição do governo federal, há muitas iniciativas que podem – e devem – ser tomadas no âmbito dos municípios para estimular o acesso da população à comunicação e a diversidade e pluralidade nos meios locais.

O documento foi trabalhado localmente pelos Comitês Regionais pela Democratização da Comunicação, que dialogaram com as candidaturas, cobrando compromisso com essa agenda. Em diversos estados, houve atos de lançamento da plataforma, com momentos de adesão dos candidatos/as às nossas propostas.

Ainda no âmbito da defesa da participação popular na elaboração das políticas de comunicação, o FNDC participou do processo de renovação da composição do Conselho de Comunicação Social (CCS), órgão consultivo do Congresso Nacional, realizado entre abril de julho de 2017. O CCS tem uma composição tripartite (trabalhadores, empresários e sociedade civil) e o Fórum indicou, em conjunto com entidades que integram a Frentecom, 10 nomes para as vagas da sociedade civil – entre eles, uma representação direta do FNDC. Os nomes foram divulgados em conjunto com uma plataforma deste campo para as prioridades do CCS.

Uma vez mais, entretanto, o Congresso Nacional desrespeitou os princípios da lei que criou o Conselho e aprovou, para as vagas da sociedade civil, representantes do empresariado. A lista submetida à votação dos parlamentares pela Mesa do Congresso ignorou o princípio de composição tripartite e as recomendações do próprio CCS acerca da representação da sociedade civil no órgão. Pelo menos 4 das 10 vagas destinadas à sociedade civil (5 titulares e 5 suplentes) estão atualmente ocupadas por nomes diretamente vinculados às empresas de comunicação. O Congresso também desrespeitou a vaga de suplência dos trabalhadores/as do jornalismo, e a Fenaj está recorrendo da votação no STF. O FNDC lançou uma nota pública repudiando o ocorrido e denunciou o episódio junto ao Parlamento.

Ainda no âmbito da defesa da participação da sociedade civil no CCS, o FNDC tem acompanhado de perto a tramitação e defendido a aprovação do PLS 385/2017, de autoria do senador Paulo Rocha (PT/PA), que estabelece critérios para a representação das entidades no Conselho de Comunicação Social e mecanismos de transparência ao processo de renovação das cadeiras do órgão. O PLS, entretanto, enfrenta forte resistência dos grupos de comunicação tradicionais, que dominam a composição do CCS, e recebeu parecer contrário do senador Otto Alencar na Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado, onde tramita em caráter conclusivo.

Desafios institucionais e organização interna

No ano em que completou 25 anos de luta, o FNDC vivenciou um de seus grandes desafios institucionais do ponto de vista da sustentabilidade econômica. Depois de muitos anos apoiado pela Fundação Ford, por meio de uma doação que permitia a contratação de uma equipe e de manutenção de uma infraestrutura mínima para a animação dos comitês e trabalho das instâncias



deliberativas, o FNDC deixou de receber esses recursos – em função de mudanças nas linhas de financiamento adotadas pela Fundação em todo o mundo.

Já cientes que a renovação deste apoio não se daria, a Coordenação Executiva do FNDC iniciou, ainda na gestão passada, um processo de fortalecimento institucional da entidade, visando a ampliação da arrecadação de recursos via pagamento das mensalidades pelas entidades nacionais e regionais afiliadas. Em março de 2017, colocamos na rua a campanha “Fortaleça a Luta pela Democratização da Comunicação”, que abriu espaço pra doações inclusive e organizações não-filiadas e pessoas físicas.

A resposta foi positiva, entretanto, não suficiente para manter a estrutura inicialmente em funcionamento no escritório de Brasília. Das 70 entidades nacionais que integram o FNDC, menos da metade mantém ao menos uma contribuição parcial ao Fórum e apenas pouco mais de 10% está em dia. Das entidades regionais, desde a implantação do sistema, foi arrecadado um percentual de 20,22% da meta de contribuições. Assim, em 2017, houve uma reorganização da equipe, a assistente administrativa foi dispensada e a jornalista e o secretário executivo passaram a trabalhar em regime de prestação de serviço.

As mudanças na equipe ampliaram a sobrecarga de trabalho em poucas organizações integrantes da Coordenação Executiva, que já vinha funcionando de maneira desequilibrada diante do baixo envolvimento de integrantes da maioria da instância. Para se ter uma ideia, considerando apenas as reuniões presenciais da Executiva na atual gestão, realizada, em média, a cada dois meses, pouco mais da metade contou com a presença de apenas 4 ou 5 dos 7 integrantes e um número um pouco menor, mas significativo, de reuniões teve um quórum ainda mais reduzido, com apenas 3 participantes. As reuniões com maior quórum foram poucas. A primeira da atual gestão, realizada durante o Encontro de Blogueiro, em Belo Horizonte (2016), que contou com 6 participantes, uma reunião no fim de janeiro de 2017, com participação de todos os 7 integrantes e depois, uma reunião com quórum de 6 integrantes no dia de abertura do III ENDC, em maio de 2017.

No Conselho Deliberativo, a situação de envolvimento e comprometimento das organizações infelizmente não foi diferente. As dificuldades financeiras do FNDC certamente impactaram na possibilidade de participação presencial de algumas entidades e comitês nas reuniões semestrais do Conselho – a última reunião, por exemplo, realizada em fevereiro/18, contou com apenas 12 das 21 entidades/comitês integrantes da instância. Porém, a participação nos espaços e reuniões virtuais do Conselho não foi além, comprovando que o problema de engajamento e construção do dia a dia do trabalho do FNDC é, de fato, mais político do que financeiro. Ou seja, se por um lado faltaram forças e recursos para mobilizarmos o Conselho Deliberativo, por outro, parte importante das entidades se desresponsabilizou de suas tarefas nesses dois anos de gestão.

Por fim, e não menos importante, é preciso realizar um balanço do funcionamento dos comitês estaduais/regionais e seu impacto na atuação nacional do FNDC. Com o golpe e a dificuldade de levar adiante as ações institucionais do FNDC, os comitês se tornaram ainda mais importantes para garantir a mobilização das entidades e a capilaridade de nossas ações e para o enraizamento da luta pela democratização da comunicação em nosso país. Entretanto, chegamos ao final dessa gestão com poucos comitês se reunindo com frequência ou tocando ações locais.

Uma reunião espontânea dos comitês estaduais aconteceu durante o 3º ENDC em Brasília e duas outras foram organizadas pela Secretaria Executiva, antes da semana de DemoCom em 2017 e em março de 2018. Infelizmente, não conseguimos mobilizar muitos representantes. Será preciso



entender as razões dessa ausência e fortalecer o apoio aos comitês com maior dificuldade de articulação local.

Se, por um lado, em alguns estados, a luta se mantém viva, como em Minas Gerais, que realizou diversas atividades de rua, plenárias, o curso de formação "Multiplicadores da Democracia" e o 1º Encontro Estadual de Comunicadores" no período; no Rio Grande do Sul, que promoveu em outubro/17 o 1o Encontro Gaúcho pelo Direito à Comunicação; no DF, que segue com reuniões periódicas e em 2016 realizou o seminário "Liberdade de Expressão e Criminalização em Tempos de Golpe"; ou no Rio de Janeiro, que promoveu uma série de mobilizações em defesa da comunicação pública e contra o monopólio no período –, a realidade da maior parte dos estados é de dificuldade de engajamento concreto da militância.

Tais limitações não são exclusivas do movimento de comunicação, mas requerem nossa reflexão franca e aberta no sentido de procurarmos caminhos para reverter este quadro no próximo período.